

NESTE BOLETIM:

- ▶ DIEESE/Sepe comprova perdas salariais dos servidores
- ▶ Sepe teve audiência com MP para denunciar a carência de profissionais e contratação de temporários
- ▶ Câmara dos Vereadores realizou audiência sobre a situação dos funcionários administrativos

ASSEMBLEIA DA REDE MUNICIPAL RJ DECIDE: GREVE DE 24H DIA 8 DE AGOSTO



No dia 3 de junho, o Sepe realizou uma assembleia geral da Rede Municipal do Rio de Janeiro, na sede do Sinpro-Rio, em Campo Grande (foto), dando sequência à realização de assembleias descentralizadas, isto é: em diferentes bairros da capital. Na assembleia, foi deliberado uma greve de 24 horas a ser realizada no dia 8 de agosto, em defesa da recomposição salarial: o DIEESE finalizou um estudo, comprovando que, de 1º de março de 2019 a 31 de março de 2023, o poder de compra dos servidores do município do Rio de Janeiro sofreu perdas de 23,22% (pelo INPC-IBGE) e 22,09% (pelo IPCA-IBGE) – leia mais sobre este estudo neste boletim.

A greve de 24h do dia 8 de agosto vai lutar, também, pelo 1/3 extraclasse, por melhores condições de trabalho, contra a carência de profissionais na rede e por concurso público, pelo cumprimento, por parte da SMERJ, das demandas de diversos segmentos da categoria, entre outras.

Na assembleia, também ocorreu a saudação dos parlamentares presentes: Tarcísio Motta, Luciana Boiteux e William Siri (Psol), além de terem sido dados informes sobre o Congresso do Sepe; a audiência no MP sobre carência de profissionais e concurso público (mais detalhes neste boletim); a última

audiência na SME com o secretário Renan Ferreirinha; a reunião da comissão que acompanhará a gestão dos valores devolvidos do imposto sindical; acrescidos de informes de regionais sobre denúncias sobre o “adicional de capacitação, na greve de 2013, ter sido transformado em “incentivo de capacitação, não abrangendo todos os funcionários administrativos; sobre a falta da garantia de 1/3 extraclasse na Educação Infantil; sobre a falta de implantação da Lei de cozinheiras escolares; e sobre a estagnação das discussões na EJA e necessidade de retomada dos GTs. Nas páginas seguintes, detalhamos as discussões.

Principais discussões da assembleia do dia 3 de junho



- Foi denunciada a falta de condição de trabalho nas escolas e o desvio de função de readaptadas, que acabam exercendo a função de portaria;
- Uma forma de garantir o 1/3 extraclasse na Rede passa pela chamada de concursados e da migração, que tem mais de 9 mil inscritos. A falta de pessoal não condiz com as a ampliação da construção de escolas;
- O FUNDEB tem sido desviado para fundações, como a Lemann, Roberto Marinho, Ayrton Senna e outras;
- O desmonte da educação infantil passa pelo desrespeito às profissionais, que vêm garantindo

esse atendimento desde quando eram “crecheiras”, depois auxiliares de creche e agora Agente de Educação Infantil, que já são do magistério pela Lei e dependem do reconhecimento através da remuneração correspondente;

- O cargo do Agente Educador II, com o reajuste de 5,35%, passou a ganhar um salário de valor de R\$ 1.440,00, aproximado. É lembrado que, para o orçamento de 2023, os AE II constam na LOA (Lei Orçamentária Anual), que considerou no programa 0316 da lei 7.759, de 10 de janeiro de 2023, a Ação 8763, que busca “Promover cursos de formação e capacitação para o cargo de Agentes Educadores 2 da Secretaria Municipal de Educação”. E, no programa 0381, a Ação 2508 que busca “Atender aos gastos relativos ao pessoal de apoio das unidades escolares”; com isso, o Sepe apoia a luta pela valorização dos Educadores não docentes da rede municipal;
- O Sepe deve promover o acompanhamento das representações de base da categoria sobre a aplicação do PNE (Plano Nacional de Educação);
- Foi informado que o cargo de Agente Educador II está na meta transversal da LOA 2023, programa 0381, Ação 8763 e 25 08, como corpo não docente;
- O meritocrático 14º salário, numa mesma escola, contempla regentes do ensino regular, mas não da EJA.

DIEESE/Sepe comprova perdas salariais dos servidores

Estudo do DIEESE sobre o comportamento dos salários do funcionalismo municipal de 2019 a 2023 apontou uma defasagem no poder de compra dos servidores do município do Rio de Janeiro de 23,22% (INPC-IBGE) e 22,09% (IPCA-IBGE).

Os dados comprovam as denúncias do Sepe a respeito das perdas salariais dos servidores agravadas pelos altos índices da inflação do período. O estudo fixou como marco inicial o poder de compra dos salários do funcionalismo que vigorava em 1º de março de 2019, comparando-o com a evolução do INPC e do IPCA medidos pelo IBGE no período até 31 de março de 2023. Estes índices apresentaram variação de,

respectivamente, 29,81% e 28,62%, enquanto os salários nestes últimos 4 anos tiveram um reajuste irrisório em dezembro de 2022 de 5,35%, concedido pelo prefeito Eduardo Paes.

Desse modo, de acordo com o DIEESE, em 31 de março deste ano, os salários dos servidores teriam apenas 81,15% do poder de compra de 1º de março de 2019 pelo índice do INPC-IBGE. O estudo conclui que, para que os salários em 1º de agosto de 2022 retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de março de 2019, o reajuste necessário sobre os vencimentos de março de 2023 seria de 23,22% pelos INPC-IBGE e de 22,09% de acordo com o IPCA-IBGE. O estudo lembra ainda que os cálculos não consideram a perda nominal nos salários decorrentes do aumento do desconto previdenciário de 11% para 14% a partir de julho de 2021.

Greve de 24h dia 08/08

Leia as propostas aprovadas por consenso:

- 1** Campanha de aposentadas/os: "Da luta não me aposento";
- 2** Luta pela criação do código de greve na rede, tal como ocorre na rede estadual;
- 3** Retomada das plenárias e grupos de estudo das categorias específicas e também sobre migração e concursadas;
- 4** Garantia da representação de funcionários administrativos nas comissões de negociação e reuniões com a prefeitura;
- 5** Realização de encontros regionalizados sobre Sala de Leitura na busca de um posicionamento coletivo sobre estar ou não na grade;
- 6** Criação do coletivo de memória da Greve de 2013 para atuar junto à SAE e à Direção, na preparação das atividades comemorativas de agosto;
- 7** Realização de um debate sobre os projetos de leis que estão tramitando na Câmara de Deputados, em Brasília, de nosso interesse direto: o de nº 2.531/21, que propõe implementar o Piso Nacional dos trabalhadores da educação não docentes; e o PL 1.540/2023, que propõe reduzir a jornada de trabalho para 30 horas, em âmbito nacional;
- 8** Campanha nas escolas com a cartilha e eleição de representante com Encontro no início de julho;
- 9** Atividade no dia ou na semana do "Dia da Educação Infantil", em agosto.

Calendário aprovado

- **14/06:** Plenária online de professores de 22h30 e 16h nas escolas de turno único;
- **15/06:** Plenária sobre migração, às 18h (online);
- **16/06:** GT EJA (Híbrida), às 14h;
- **22/06:** Audiência Pública na Câmara de Vereadores sobre o Plano de Carreira da Educação. O Sepe solicitará abono de ponto pelas CREs para os profissionais;
- **23/06:** Audiência pública na Câmara de Vereadores sobre a Educação Especial, às 10h;
- **24/06:** Plenária Educação Infantil, às 10h, no auditório do Sepe;
- **05/08:** Conselho Deliberativo da rede municipal;
- **08/08:** Greve de 24h, com assembleia, às 9h, e ato no Centro Administrativo São Sebastião, em seguida;
- **12/08:** Plenária do Coletivo Estadual de Funcionários;
- **18/08:** Plenária do Coletivo da Capital de Funcionários.



Sepe teve audiência com o MP para denunciar a carência de profissionais e contratação de temporários

No dia 24 de maio, a direção do Sepe, juntamente com seu departamento jurídico e integrantes da Comissão de Concursados, teve uma reunião com o Ministério Público estadual RJ, para tratar do uso abusivo, pela prefeitura do município do Rio de Janeiro, de contratos temporários, duplas e triplas dos professores. Uma situação que afeta a integração dos profissionais de

educação aprovados nos últimos concursos e a qualidade do ensino ofertado aos alunos, além de não combater, de fato, a carência de profissionais na rede. Na oportunidade, o MP informou que pediu informações ao Município para apuração da situação, bem como se comprometeu em compartilhar as respostas quando elas forem entregues.

Câmara de Vereadores realizou audiência pública sobre a situação dos funcionários administrativos

No dia 22 de maio, a Comissão de Trabalho e Emprego da Câmara Municipal de Vereadores do Rio, presidida pelo vereador Willian Siri (PsoI) debateu a situação dos funcionários administrativos das escolas municipais (foto). O Sepe participou da mesa de debates, que também contou com a presença do subsecretário executivo da SME, Antoine Lousão, e de vários outros vereadores que acompanharam no plenário e de modo on-line. A direção do sindicato, na audiência, citou diversos itens da pauta da categoria, reivindicando esclarecimentos, tais como:



- Denúncia das más condições de trabalho dos funcionários;
- Desvio de função das readaptadas;
- O Sepe não concorda com a nova distribuição feita pela SME, que determinou que ficassem em cada escola três cozinheiras escolares; no nosso entendimento, essa determinação piora ainda mais a condição precária dessa categoria, com a perda de saúde das profissionais e, conseqüentemente, aumentando o número de readaptadas. Essa situação também acontece com as terceirizadas. Por isso, a carência dentro das cozinhas e a enorme necessidade de concurso público, para garantir a qualidade da merenda escolar para os nossos estudantes;
- A realização de concursos para todas as carreiras, em especial para Porteiro e Agentes Educadores 2, fundamentais na prevenção à violência nas escolas; foi reivindicado, também, a imediata convocação do banco dos aprovados em concurso dos Agentes Educadores 2;
- A mudança da nomenclatura de Merendeira para “Cozinheira Escolar”, conforme determina a lei, que a prefeitura insiste em não cumprir;

- Concurso para a Agente de Apoio à Educação Especial, respeitando a formação do cargo;
- Cumprimento da determinação da Justiça, em relação ao cargo de Secretários Escolares, com a realização dos cursos e adequação da remuneração;
- Adequação da função das AEIs.

O subsecretário garantiu apenas que a prefeitura irá realizar concursos para os cargos de AAEE e Agente Educacional 2. Sobre a questão das AEIs, disse que aguarda decisão da Justiça. O Sepe, além de reivindicar as questões acima, denunciou, de maneira firme, a situação crítica que tem vivido os funcionários administrativos e a pouca ou nenhuma resposta por parte da prefeitura. O representante da SME também afirmou que está tentando solucionar a situação dos secretários escolares – da parte do sindicato, novamente, reivindicamos que a prefeitura cumpra a lei. No entendimento do Sepe, é imprescindível para que tenhamos uma educação pública de qualidade, que o município do Rio tenha o quadro completo de todos os profissionais de educação.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457
(Agendar atendimento, 10h às 16h).

www.seperj.org.br

- Instagram: [instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)
- Facebook: [facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)
- YouTube: [youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)
- Twitter: twitter.com/RjSepe



seperj.org.br/filiacao